

O novo código civil e o direito de empresa: reafirmação da percepção descritiva e apresentação de estímulos críticos

Cesar Luiz Pasold*

Sumário: Introdução; 1. Posicionamento estrutural e espacial do tema direito de empresa no novo código civil brasileiro; 2. As categorias fundamentais no disciplinamento do direito de empresa no novo código civil brasileiro; 3. Conceituação legal expressa para apenas seis categorias fundamentais; 4. Considerações analíticas e estímulos críticos; 4.1. A forma do texto legal e a questão estratégica da decidibilidade; 4.2. Direito comercial é direito empresarial no direito civil sob tutela estatal exacerbada?; Sintéticas considerações finais; Referências.

Resumo: Neste artigo, após investigação através do Método Indutivo e utilização das Técnicas da Categoria, do Conceito Operacional e da Pesquisa Bibliográfica, reafirma-se uma primeira percepção descritiva quanto ao tema Direito de Empresa no Novo Código Civil Brasileiro (Lei 10406/2002). Tal percepção mantém a ênfase na estrutura, no espaço, nas Categorias nodais aparentes e nas realmente fundamentais à compreensão do regimento, e nos Conceitos Operacionais legalmente estabelecidos para algumas Categorias. Seguem estímulos à responsável reflexão crítica sobre a matéria, especialmente destacada: a questão da forma legal e da decidibilidade e as funções e disfunções de um direito civil que se põe empresarial no local do comercial e pode estar se prestando à exacerbção da tutela estatal.

Palavras-chave: Direito de Empresa; Novo Código Civil; Decidibilidade; Direito Comercial; Tutela Estatal.

Abstract: In this paper, after researching using the Inductive Method and Category, Operational Concept and Bibliographic Research Techniques, a first descriptive perception regarding Entrepreneurial Law in *New Brazilian Civil Code* (Law 10406/2002) is reasserted. This perception keeps the focus on structure, space, apparent Nodal Categories and on those which are really vital to regulation comprehension as well as on the Operational Concepts legally established to some Categories. The responsible critical reflection about the subject is then promoted, especially about: the legal form and decidability issue as well as the functions and dysfunctions of a Civil Law, interpreted as Entrepreneurial Law in the place of the Commercial Law, which may undergo the state guardianship exacerbation.

Keywords: Entrepreneurial Law; New Civil Code; Decidability; Commercial Law; State Guardianship.